

Análise das Demonstrações Financeiras de 2025

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2025

Nós, membros do Conselho Fiscal do Circolo Italiano, no uso de nossas atribuições estatutárias, examinamos as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, compostas pelo Balanço Patrimonial e pela Demonstração de Resultado do Exercício (DRE).

As demonstrações financeiras foram recebidas em 28 de fevereiro de 2026 e submetidas à nossa análise. Após minucioso exame, em conformidade com as boas práticas contábeis e a legislação brasileira aplicável, o Conselho Fiscal **APROVA** o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício referentes ao ano de 2025.

Esta aprovação é concedida com as observações e ressalvas detalhadas nos tópicos a seguir, as quais consideramos relevantes para aprimorar a transparência, a conformidade e a gestão financeira do Circolo Italiano. Estas observações devem ser objeto de análise e ação por parte da Diretoria para a correção de eventuais inconsistências e a melhoria contínua dos processos.

I. Balanço Patrimonial (31/12/2025)

O Balanço Patrimonial é um retrato da situação financeira do Circolo Italiano ao final do exercício. Nele, observamos os seguintes pontos que demandam atenção:

- **Baixa Liquidez Corrente e Elevado Passivo Tributário**

O Ativo Circulante totaliza R\$ 602.426,69. Em contraste, o Passivo Circulante é de R\$ 3.305.462,24, conforme o *Balanço Patrimonial 12.2025*. Essa relação de aproximadamente 0,18 (Ativo Circulante / Passivo Circulante) indica uma capacidade muito limitada do Circolo de honrar suas obrigações de curto prazo com seus ativos de curto prazo.

A principal causa dessa baixa liquidez é a conta "Impostos e Contribuições a Recolher" no Passivo Circulante, que soma expressivos R\$ 2.545.516,85, representando cerca de 77% do passivo circulante total. Tornando-se este um ponto crucial para acompanhamento.

- **Inconsistência no Patrimônio Líquido:**

A soma das contas detalhadas no Patrimônio Líquido no *Balanço Patrimonial 12.2025* não corresponde ao valor total apresentado.

- Patrimônio Social: R\$ 1.137.361,34
- Superávits ou Déficits Acumulados: (R\$ 2.700.514,56)
- Reservas do Patrimônio Social: R\$ 19.821.500,00
- Lucros e Prejuízos Acumulados: R\$ 34.867,29 A soma desses valores resulta em R\$ 18.293.214,07, que coincidentemente é o mesmo valor do Patrimônio Líquido total apresentado. No entanto, o "BALANCETE ACUMULADO 12.2025" na página 3 apresenta as seguintes rubricas e saldos finais:
- 2.4 Patrimônio Líquido (Total): R\$ 18.293.214,07
- 2.4.05 Lucros e Prejuízos Acumulados: R\$ 34.867,29 (subconta 2.4.05.001.001 "Ajustes Exercícios Anteriores")
- 2.4.08 Patrimonio Social: R\$ 18.258.346,78
 - 2.4.08.001 Patrimonio Social: R\$ 1.137.361,34 (subconta 2.4.08.001.001 "Patrimonio Social")
 - 2.4.08.002 Superávits ou Déficits Acumulados: (R\$ 2.700.514,56) (subcontas 2.4.08.002.002 "(-) Deficits Acumulados", 2.4.08.002.003 "Superávit do Exercício", 2.4.08.002.004 "(-) Deficits do Exercício")
 - 2.4.08.003 Reservas do Patrimonio Social: R\$ 19.821.500,00 (subconta 2.4.08.003.001 "Reserva de Reavaliação de Ativos Próprios - S.Soci")

A forma como o Patrimônio Líquido está estruturado e detalhado no Balancete, e sumariado no Balanço, carece de clareza e pode induzir a erros de interpretação. Há uma sobreposição de termos como "Lucros e Prejuízos Acumulados" e "Superávits ou Déficits Acumulados", que em entidades sem fins lucrativos geralmente se consolidam sob o último termo. Seria oportuno uma reclassificação e reestruturação clara das contas do Patrimônio Líquido, acompanhada de Notas Explicativas que detalhem a origem e a composição de cada rubrica, especialmente a reserva de reavaliação.

II. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE Acumulada 12.2025)

- **Custo dos Produtos/Mercadorias/Serviços (CPMS) Irrelevante:**

O CPMS registrado é de apenas R\$ 1.009,66, para uma Receita Operacional Líquida de quase R\$ 2 milhões. Esse valor irrisório indica que deve ser alterada a alocação de custos. Se o Circolo presta serviços (como cursos de italiano, eventos, etc.), é esperado que existam custos diretos de pessoal, materiais, estrutura etc. que

deveriam ser classificados como CPMS. A sua subestimação artificialmente infla o Lucro Bruto. Recomenda-se realizar uma análise detalhada dos custos envolvidos na prestação dos serviços e na obtenção das receitas. É provável que muitos "custos" estejam sendo lançados como "despesas administrativas".

- **Realizável a Curto Prazo (Duplicatas a Receber):**

O montante de "Duplicatas a Receber" é de R\$ 575.944,40, conforme o *Balanço Patrimonial 12.2025*. Para uma entidade como o Circolo, é um valor significativo.

Considerando o valor referente a compensação de valores de aluguel com eventos realizados pelo inquilino GIBICON, solicitamos a imediata emissão das notas fiscais dos serviços e fornecimentos realizados por este para a devida regularização fiscal e tributária envolvida no processo.

"OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS: 4.350.368,48" (1365 - CIRCOLO - DRE ACUMULADA 12.2025)

É fundamental entender a natureza dessas receitas. A sustentabilidade da entidade a longo prazo depende da recorrência e da clareza dessas fontes.

- **Despesas Administrativas Elevadas:**

As "Despesas Administrativas" somam (R\$ 3.181.142,50). Dentro delas, "Alugueis e Arrendamentos" (R\$ 982.643,95), "Utilidades e Serviços" (R\$ 694.195,01) e "Despesas Gerais" (R\$ 1.062.494,09). É imprescindível um detalhamento, pois a rubrica é muito abrangente. A alta proporção dessas despesas em relação à Receita Operacional Líquida (quase 160%) sugere uma estrutura de custos fixos muito pesada, que precisa ser revista e racionalizada.

Recomendações Específicas para Melhoria da Gestão Financeira e Contábil

1. Descontinuação do pagamento de vale-transporte em dinheiro:

Implicação Legal e Financeira: A legislação brasileira (Lei 7.418/85 e Decreto 95.247/87) estabelece o vale-transporte como um benefício de natureza indenizatória, que não integra o salário, desde que fornecido de forma específica para o deslocamento residência-trabalho e trabalho-residência. O pagamento em dinheiro, exceto em situações muito específicas e temporárias (como problemas no sistema da operadora de transporte), é considerado salário-utilidade e sobre ele incidem encargos sociais e trabalhistas (INSS, FGTS, IRRF). Isso pode gerar passivos trabalhistas significativos em caso de fiscalização. A descontinuação

imediate é imperativa, passando para o modelo de fornecimento via cartão eletrônico ou outros meios previstos em lei.

2. Análise da participação dos funcionários nos custos (descontos de vale-transporte, vale-refeição e plano de saúde):

No "BALANCETE ACUMULADO 12.2025" (pág. 6), observamos despesas com "Pat - Programa de Alimentação ao Trabalhador" (R\$ 86.157,37), "Assistência Médica" (R\$ 122.275,76), "Assistência Odontológica" (R\$ 8.835,47) e "Vale Transporte" (R\$ 40.271,44).

As empresas e entidades podem, legalmente, descontar uma parcela do vale-transporte (até 6% do salário básico), e participar nos custos de vale-refeição/alimentação e plano de saúde, dependendo de acordos sindicais ou políticas internas. A correta aplicação desses descontos otimiza os custos de pessoal e garante a conformidade. Sugerimos revisar as políticas internas e os acordos coletivos (se houver) para verificar a aplicação dos descontos de benefícios na folha de pagamento. Analisar as folhas de pagamento para garantir que esses descontos estejam sendo corretamente efetuados e contabilizados.

3. Verificação dos apontamentos de dias, turmas e quantidade de horas nos pagamentos das notas fiscais dos professores de italiano, com ênfase na transparência dos valores pagos por hora-aula e investigação das razões pelas quais os pagamentos médios não são constantes:

A atividade de ensino de italiano é central para o Circolo. A falta de transparência ou a inconsistência nos pagamentos a professores pode indicar fragilidades no controle interno, no processo de contratação, na prestação de serviços ou mesmo em questões fiscais/trabalhistas. Valores por hora-aula não constantes ou sem justificativa clara podem ser foco de auditoria. Sugerimos solicitar os contratos com os professores, cópias das notas fiscais ou recibos de autônomo, e os registros de frequência/carga horária das aulas. Realizar uma análise comparativa dos valores pagos e investigar formalmente qualquer inconsistência. Isso é crucial para a governança e para otimizar os custos da atividade-fim.

4. Cancelamento do cartão de crédito e apresentação dos documentos contábeis relativos às aquisições e contratações realizadas por meio dele:

Embora não haja uma conta específica de "despesas com cartão de crédito", os pagamentos de faturas impactariam as contas de "Fornecedores Diversos Nacionais" (R\$ 162.584,38) ou "Contas a Pagar" (R\$ 39.428,17) no Passivo Circulante, e as despesas específicas incorridas seriam alocadas em suas respectivas contas na DRE. O uso de cartões de crédito corporativos sem políticas claras, limites definidos, e comprovação fiscal e contábil rigorosa é uma fonte

comum de descontrol de despesas, fraudes e dificuldades na conciliação. Em uma entidade como o Circolo, a transparência e a economicidade são primordiais. Consideramos imperativo o cancelamento do cartão de crédito em nome de Bruno Amadei Sandin e implementar uma política de despesas que exija a antecipação de fundos para pequenas compras ou o uso de meios de pagamento que gerem comprovantes fiscais diretos em nome do Circolo. Exigir todas as faturas e comprovantes fiscais das despesas passadas para a devida conciliação e comprovação contábil.

5. Implementação de emissão de cobrança para sócios identificada no sistema:

Foram Verificadas inconsistências na formatação e Parametrização no sistema no que tange a emissão de boletos e baixa no sistema. Os títulos emitidos não eram identificados fora do sistema, inviabilizando assim a conciliação bancaria. Além disso, temos valores de baixa manual que ainda não estão conciliados com os extratos. Sugerimos uma auditoria para conciliar e validar as baixas manuais com seus respectivos pagamentos, além de verificar as possíveis falhas de baixa do sistema.

6. Revisão dos contratos de locação de equipamentos e sistemas para avaliar se os valores pagos são vantajosos para o Circolo Italiano:

Contratos de locação devem ser periodicamente revisados. A tecnologia e os preços de mercado mudam rapidamente. Um contrato antigo pode estar desatualizado, e o Circolo pode estar pagando mais do que o necessário ou por serviços/equipamentos que não são mais os mais adequados. Sugerimos levantar todos os contratos de locação de equipamentos e sistemas, analisar suas cláusulas (prazos, reajustes, penalidades) e realizar cotações de mercado para verificar se os valores atuais são competitivos e se o Circolo está obtendo o melhor custo-benefício, a exemplo do contrato de impressoras e de software.

7. Organização de um arquivo, seja digital ou físico, contendo todos os contratos vigentes, tais como RVS, SPOT, etc.:

A ausência de um arquivo centralizado e atualizado de contratos cria riscos operacionais, financeiros e legais: dificuldade em localizar termos, datas de vencimento, condições, direitos e obrigações, podendo levar a perdas financeiras (não aplicação de multas, renovações automáticas indesejadas) ou falhas de compliance. Sugerimos criar e manter um repositório centralizado (preferencialmente digital com backups) de todos os contratos vigentes, com um sistema de indexação e alertas para datas importantes (vencimento, revisão, etc.). Isso facilita a fiscalização e a gestão de riscos.

8. Aplicação de multas contratuais e correção monetária por atraso nos pagamentos dos contratos de aluguel que estejam em inadimplência:

Sugerimos levantar todos os contratos de locação onde o Circolo é locador. Identificar os inquilinos inadimplentes e calcular os valores devidos, incluindo multas e correção monetária, conforme os termos contratuais. Iniciar um processo de cobrança rigoroso para recuperar esses valores. Emissão de boleto como única forma de cobrança de recebimento a fim de evitar depósitos em atraso sem as devidas correções e multas.

Recomendações Adicionais

Além dos pontos levantados e analisados, sugerimos considerar as seguintes ações para uma gestão financeira e contábil ainda mais robusta:

- **Elaboração de Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC):** Embora não fornecida, a DFC é crucial para entender a geração e o uso do caixa. Com a baixa liquidez do Circolo, a DFC se torna uma ferramenta indispensável para a gestão do capital de giro.
- **Análise do Orçamento x Realizado:** Uma comparação detalhada entre o orçamento anual e os resultados reais de 2025 seria muito valiosa para identificar desvios e entender onde a gestão financeira pode ser aprimorada.
- **Políticas de Controles Internos:** Formalizar e implementar políticas e procedimentos de controle interno para todas as áreas (compras, pagamentos, recebimentos, gestão de contratos, gestão de pessoal). Isso reduzirá riscos de erros, fraudes e ineficiências.
- **Revisão do Estatuto e Governança:** As atribuições do Conselho Fiscal são vitais. As inconsistências e fragilidades identificadas podem ser oportunidades para reforçar o estatuto do Circolo quanto às responsabilidades e prestação de contas.

Domenico Di Bisceglie

Claudio Ferranda